



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. E-07/002.5084/2016

Data: 02/05/2016

Rubrica

ID: 21122016

PROCURADORIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2019.

Parecer nº 15/2019 - MP

Ref.: Processo: E-07/002.5084/2016

Licenciamento ambiental. Competência Estadual. Licença Prévia. Implantação do Gasoduto dos Goytacazes (GASOG) nos municípios de São João da Barra/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ. EIA-RIMA. Manifestação jurídica obrigatória nos termos do art. 32, I, do Decreto Estadual nº 46.619/2019. Necessidade de DUP. Compensação Ambiental. Parecer condicionado.

Sr. Dr. Procurador-Chefe do INEA,

I. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo movido pela empresa GÁS NATURAL AÇU S/A, instaurado com vistas a analisar a emissão de Licença Prévia (LP) para a implantação do Gasoduto dos Goytacazes (GASOG) – composto por dois gasodutos com capacidade de 10 MMm³/dia de gás natural cada um, proveniente da Regaseificação de GNL - a ser instalado do município de São João da Barra até Campos dos Goytacazes.

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

Avenida Venezuela, 110 – Praça Mauá – Rio de Janeiro – RJ- CEP: 20081-312 - Tel: 2332-4604
www.inea.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

O Empreendimento visa interligar o Terminal de Importação e Regaseificação de GNL do Açú (São João da Barra) ao Gasoduto Cabiúnas-Vitória (em Campos dos Goytacazes) com a finalidade de ampliar a oferta de gás natural na rede de transporte da região Sudeste do Brasil.

De acordo com o Relatório de localização às fls. 47-49 o empreendimento não será instalado em Unidade de Conservação Federal, Estadual ou Municipal, nem tampouco em APP de Topo de Morro, mas intervirá em APP de curso d'água por intersectar com diversos cursos d'água pertencentes à bacia do Complexo Deltaico do Paraíba do Sul.

Em 18/07/16 o CONDIR aprovou a proposta e determinou a criação do Grupo de Trabalho para elaboração de instrução técnica específica para elaboração do EIA/RIMA (GT do EIA/RIMA).

Na sequência, em ato do Presidente do INEA, foi publicada a Portaria INEA PRES nº nº 679/2016 (fl. 63-65), criando GT do EIA/RIMA.

O IPHAN enviou o Ofício nº 1.206/16/GAB/IPHAN-RJ ao INEA em 21/07/2016 requerendo novo formulário de Caracterização de Atividade – FCA. (fl. 68)

Foi realizada vistoria para conhecimento da área, tendo sido elaborado o Relatório de Vistoria nº CEAM 2748/16 (fls. 73-77) e tendo em vista os aspectos verificados e discutidos, será dada continuidade à elaboração de instrução técnica (IT) para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento.

Ato contínuo, em 20/09/2016 a empresa foi notificada a apresentar ao INEA, em 180 dias, o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) de acordo com a Instrução Técnica PRES/CEAM nº 12/2016 - IT (fls. 82-107), publicar em três jornais de grande circulação e apresentar cópias das publicações.

Em conformidade com o disposto na notificação enviada, em 28/09/2016 o empreendedor protocolou junto à central de atendimento do INEA cópia da publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOE/RJ) e ainda, cópia da publicação em 3 (três) jornais de grande circulação informando sobre o início da elaboração do EIA/RIMA (fls. fls.110-114).

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

18



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. E-07/002.5084/2016

Data: 02/05/2016 fls. 115

Rubrica

ID:

Após receber a FCA, o IPHAN se manifestou no sentido de enquadrar o empreendimento no nível III e enviou o Termo de Referência (TR) para o trecho entre os Km 19 e o Km 45 (processo IPHAN nº 01500.002912/2016-13). Informa ainda que o trecho entre o Km 0 e o Km 19 e o canteiro de obras possui permissão da Portaria nº 23/2016, vigente até 06/05/18 apresentando duas proposições para o trecho (fls. 115/118).

Em 10/11/2017 o empreendedor recebeu a notificação CEAMNOT/01086019 informando o aceite do EIA/RIMA e informando que o gabarito para a publicação do aceite será disponibilizado após a entrega de todas as cópias às instituições previstas (fls. 122/123).

A empresa comprovou o envio das cópias em 13/12/2017 e solicitou o gabarito para a publicação do aceite (fls. 133-143). Observa-se que não foi enviado o gabarito à empresa e, consequentemente, não foi encontrada nos autos a publicação do aceite.

Em seguida, foi enviada a Notificação nº CEAMNOT/01088097 para o empreendedor caracterizar os corpos hídricos descritos na notificação, com resposta apresentando documentos em 19/02/2018 (fls. 187-193).

Em 30/01/2018 foi realizada reunião para esclarecer dúvidas e não conformidades em relação ao Estudo de Análise de Risco (EAR) datado de novembro de 2017 (fls. 145-146), na sequência a empresa enviou ofícios às instituições listadas na IT contendo a revisão do EAR (fls. 147-160).

Foi enviado à CEAM na CI/INEA/GELRAC nº 046 o Parecer Técnico de Análise de Risco nº GELRAC-PTC-0025/2018, EAR e revisão do EAR (fls. 165-172).

Observa-se que, à fl. 173, foi acostada aos autos a Deliberação CECA nº 6.180/2018 referente à convocação da Audiência Pública, nos termos da Resolução CONEMA nº 35/2011, para tratar de assunto referente à apresentação e Discussão do RIMA da Licença Prévia da empresa Gás Natural Ltda. (que entendemos que se tratava da Gás Natural Açú Ltda.).

Em 16/05/2018 a empresa informou a alteração em seu tipo jurídico, deixando de ser uma sociedade empresária limitada para ser uma sociedade por ações de capital fechado – GÁS NATURAL AÇU S.A (fls. 193-208).

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Conforme se depreende dos autos, as Audiências Públicas foram devidamente divulgadas (fls. 209-213) tendo sido realizado o correto rito em atenção à Resolução CONEMA nº 35/2011. As Audiências Públicas foram realizadas em 13/06/2018 e 14/06/2018, com materiais enviados às fls. 244-336.

Em despacho ao coordenador da CEAM foi solicitado o enquadramento da atividade conforme a notificação CEAMNOT/01086019 que informou o aceite do EIA/RIMA para o cálculo da análise (fl.337), e foi enquadrado na Classe 5-A com emissão de boleto para pagamento. A comprovação do pagamento foi anexada em 03/05/2019 (fls. 373-375).

A PORTARIA INEA PRES Nº 838/2019 alterou o grupo de trabalho, conforme CI/PRES/SEAPRES nº 57/19 (fl.346-359).

Em continuação ao processo de licenciamento referente ao requerimento da Licença Prévia, foi realizado o Relatório de vistoria em 11 a 13 de março de 2019 para averiguar os aspectos ambientais e a existência dos principais corpos hídricos existentes, assim como verificar quais serão interceptados pela GASOG, informando que não foi possível verificar a existência de todos os corpos hídricos indicados pela base SEA/IBGE 1:25.000 que não foram indicados pela empresa, havendo a necessidade da inexistência dos mesmos (fls. 370-372).

Em 18/04/2019 foi realizada reunião solicitando esclarecimentos sobre o local para o sistema lançador e receptor de PIG, projeto de recomposição florestal e limites entre os empreendimentos GNL e GASOG (fl. 376-377), que foram apresentados às fls.378-384.

Por último, foi apresentado o Parecer conclusivo da CEAM (fls. 389-469), no qual a Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILAM, por meio do Parecer Técnico de Licença Prévia CEAM nº 23/19, manifestou-se favoravelmente à concessão da Licença Prévia requerida, mas, para tanto, determinou restrições e condições de validade, elencadas às fls. 466-468.

Dessa forma, com o fim de dar prosseguimento à sua análise jurídica, o presente processo foi encaminhado à Procuradoria do INEA para manifestação.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

II. ESCLARECIMENTOS INICIAIS

O presente parecer jurídico tem por objeto a análise do processo de licenciamento ambiental de empreendimento subsidiado por EIA-RIMA, conforme estabelecido pelo art. 32, inciso I do Decreto Estadual nº 46.619/2019, a saber:

Art. 32- Será obrigatória à consulta à Procuradoria do INEA nas seguintes hipóteses:

I - processos de licenciamento ambiental em que houver elaboração de EIA-RIMA, sempre previamente à expedição da respectiva licença; (...)

Neste sentido, a elaboração do EIA/RIMA deverá respeitar o que foi estabelecido nos artigos 5º e 6º da Resolução nº CONAMA nº 001/1986, DZ-041 R-13, Diretriz para implementação do Estudo de Impacto Ambiental, bem como na instrução técnica específica, Instrução Técnica PRES/CEAM nº 12/2016.

Assim, esclarece-se que este parecer visa analisar a legalidade do processo de licenciamento ambiental como um todo, e não do EIA/RIMA em si, os quais são estudos estritamente técnicos, que demandam o conhecimento específico para a sua análise.

Nesse contexto, o presente processo administrativo foi encaminhado à Gerência Ambiental desta Procuradoria para análise jurídica e parecer.

III. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento em análise – GASOG, conforme exposto no Parecer Técnico de Licença Prévia CEAM nº 23/19, consiste na implantação de dois gasodutos de 18", cada um com 45,4 km de extensão e capacidade de escoamento de 10 MMm³/d, que será implantado em duas fases, uma fase para cada gasoduto.

Ainda, de acordo com o Parecer, o empreendimento foi enquadrado como sendo de alto impacto - classe 6-A (FI.1), mantendo o enquadramento inicial do requerimento da licença. Ocorre que às fls. 337/338 do processo se verifica que o empreendimento foi enquadrado pela CEAM como sendo classe 5-A.

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

As instalações do GASOG se iniciam no CLIPA, em São João da Barra, passando pelos municípios de São João da Barra e Campos de Goytacazes, e terminam na área de válvula SDV-04 no gasoduto Cabiúnas-Vitória, em Campos dos Goytacazes. A rota do GASOG, em sua maior extensão, seguirá paralelamente à faixa de servidão já existente para a linha de transmissão (LT) de 345 kV (trezentos e quarenta e cinco quilovolts), com extensão total de aproximadamente 50 km (cinquenta quilômetros), ainda não cabeada, que interliga a Subestação Porto do Açu até a Subestação de Campos (Furnas) (licença existente: E07/500.597/2012 – LI INEA 027911/AVB002673). A largura da faixa de servidão para o GASOG será de 20 m (vinte metros).

As implantações dos dois gasodutos, com capacidade de 10 MMm³/dia de gás natural cada um, têm como objetivo interligar o Terminal de Importação e Regaseificação de GNL do Açu (São João da Barra) ao Gasoduto Cabiúnas-Vitória (em Campos dos Goytacazes) com a finalidade de ampliar a oferta de gás natural na rede de transporte da região Sudeste do Brasil.

IV. DA COMPETÊNCIA PARA O LICENCIAMENTO

Em relação à competência para análise do processo de licenciamento ambiental, foi publicada a Lei Complementar Federal nº 140/2011, que dispõe sobre as ações de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício de competência comum relativas à proteção do meio ambiente.

Desta forma, foi definido na citada norma os requisitos necessários para estabelecer a competência de cada ente da Federação na promoção do licenciamento ambiental.

Anteriormente à publicação da Lei Complementar, utilizava-se como base para definição da competência do licenciamento ambiental a Lei Federal nº 6.938/1981. Esta Resolução apresenta em seu Anexo I uma relação de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, que não foram atingidos com o advento da LC 140/2011.

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

R



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

A Lei Complementar nº 140/2011, estabeleceu no art. 18, que sua aplicação dar-se-á somente "aos processos de licenciamento e autorização ambiental iniciados a partir de sua vigência", ou seja, 09/12/2011.

Assim, como o processo em análise teve seu início em 02 de maio de 2016, aplica-se ao presente processo administrativo a sistemática estabelecida na LC 140/2011, bem como no Decreto Estadual 44.820/2014.

Desta forma, o texto do art. 10 da Lei 6.938/1981 anterior às alterações realizadas pela Lei Complementar nº 140/2011 estabelecia que o licenciamento ambiental deveria ser realizado, em regra, pelo órgão estadual e, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Em 2011, a Lei Complementar nº 140 estabeleceu em seu Artigo 8º, XIV a competência estadual para promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, de forma residual, ressalvadas as competências da União e dos Municípios, dispostas nos arts. 7º e 9º, respectivamente.

A competência da União foi estabelecida no artigo 7º da LC 140/2011 nos seguintes termos:

Art. 7º São ações administrativas da União:
(...)

XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

- a) localizados ou desenvolvidos conjuntamente no Brasil e em país limítrofe;
- b) localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva;
- c) localizados ou desenvolvidos em terras indígenas;
- d) localizados ou desenvolvidos em unidades de conservação instituídas pela União, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);
- e) localizados ou desenvolvidos em 2 (dois) ou mais Estados;
- f) de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999;

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

- g) destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen); ou
- h) que atendam tipologia estabelecida por ato do Poder Executivo, a partir de proposição da Comissão Tripartite Nacional, assegurada a participação de um membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento;

Já a competência municipal para promover o licenciamento ambiental foi definida no art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011:

Art. 9º São ações administrativas dos Municípios:

XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

- a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou
- b) localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

A Resolução CONEMA nº 42/2012, que dispõe sobre as atividades que causam ou possam causar impacto ambiental local e fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum conforme previsto na Lei Complementar nº 140/2011, determinou que as atividades sujeitas à elaboração de EIA/RIMA, não serão consideradas de âmbito local, nos moldes abaixo:

Art. 1º – Fica definido, para fins desta Resolução, que impacto ambiental de âmbito local é qualquer alteração direta ou indireta das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, que afetem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e/ou a qualidade dos recursos ambientais, dentro dos limites do Município.

Parágrafo único – Não será considerado de âmbito local o impacto ambiental quando:

(...)

III. a atividade for listada em âmbito federal ou estadual como sujeita à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA).





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Considerando, portanto, que a instalação de gasodutos, como é o caso ora em análise, depende de elaboração de EIA/RIMA, resta estabelecida a competência do órgão ambiental estadual para seu licenciamento ambiental.

Depreende-se da leitura da lei que a implantação do empreendimento em análise não se enquadra nas hipóteses previstas nos art. 7º e 9º da Lei Complementar nº 140/2011, conforme exposto acima.

Desta forma, uma vez que o empreendimento em análise não se enquadra nas hipóteses de competência federal, impacto de âmbito nacional ou regional e, ainda, que a atividade não se enquadra como de impacto ambiental local, em decorrência da competência residual, compete ao estado o licenciamento em análise, nos termos do art. 8º da Lei Complementar 140/2011.

Isto posto, ratifica-se que a competência para o licenciamento ambiental do Gasoduto dos Goytacazes (GASOG) será do Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

V. DA LICENÇA PRÉVIA E DA ANÁLISE DO EIA/RIMA

De acordo com o disposto no art. 7º, inciso do Decreto Estadual nº 44.820/2014, Licença Prévia é o ato administrativo mediante o qual o órgão ambiental, na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprova sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implantação.

Da redação do dispositivo transcrito se infere que a localização e a concepção do empreendimento devem ser definidas na fase inicial do processo de licenciamento ambiental. Assim, caso sejam adequadas à localização e a concepção do empreendimento, a LP será concedida, atestando a sua viabilidade ambiental.

No caso de empreendimento ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, será necessária a apresentação de EIA, cuja elaboração

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

deverá respeitar a inteligência dos artigos 5º e 6º da Resolução CONAMA nº 001/1986, conforme os quais:

Art. 5º O estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

- I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;
- II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;
- III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;
- IV - Considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.

Parágrafo único. Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental o órgão estadual competente, ou a SEMA ou, no que couber ao Município, fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias, inclusive os prazos para conclusão e análise dos estudos.

Art. 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

c) o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.



8



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados).

Por fim, cabe esclarecer que no Estado do Rio de Janeiro, o EIA/RIMA também deverá ser realizado em conformidade com a DZ-041 R-13, que definiu os procedimentos e critérios gerais a serem observados na elaboração do EIA/RIMA, e, em observância à instrução técnica específica, neste caso, a Instrução Técnica nº 12/2016.

VI. DAS ALTERNATIVAS LOCACIONAIS E TECNOLÓGICAS

Conforme observado, a Resolução CONAMA nº 001/1986 determinou que o estudo de impacto ambiental contemplasse "todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto" (art. 5º, inciso I).

Ademais, além de contemplar as alternativas locacionais do projeto, o estudo de impacto ambiental deve analisar os impactos ambientais de cada uma delas (art. 6º, inciso II). No mesmo sentido dispõe a Instrução Técnica nº 12/2016 (item 4.6 – fl. 85).

Sobre a importância da apresentação destas alternativas, Édis Milaré ensina que "a discussão das alternativas tecnológicas e locacionais constitui o coração do EIA, dado que, muitas vezes, a melhor opção será a não-execução do projeto, em função dos altos custos sociais e ecológicos dele decorrentes".¹

De fato, a apresentação de alternativas tecnológicas e locacionais do projeto, bem como a análise de seus impactos, são elementos essenciais para a escolha da opção menos impactante, sem os quais a avaliação do órgão ambiental será insuficiente e a aprovação da localização e da concepção do empreendimento estarão viciadas.

¹ MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente*: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 6ª Ed. São Paulo: revista dos Tribunais, 2009, pag. 401.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Ao analisar o tema, o professor Paulo Affonso Leme Machado faz a seguinte consideração:

O exame das alternativas tem-se revelado um dos pontos críticos dos EPIAS, a tal ponto que Luiz Enrique Sánchez salienta que 'os estudos são encomendados somente quando o projeto está inteiramente definido sob o ponto de vista técnico, prejudicando ou mesmo impedindo o estudo das alternativas e fazendo com que os estudos ambientais devam ser elaborados em caráter de urgência. Desta forma, se os mecanismos de controle forem eficazes, os estudos terão que ser complementados ou inteiramente refeitos.²

O Parecer Técnico de Licença Prévia CEAM nº 23/19 apresentou três alternativas locacionais e tecnológicas e expôs os seguintes esclarecimentos (fl. 393):

Para a escolha de uma das 3 alternativas locacionais, o EIA/Rima apresenta aspectos relativos aos meios físico, biótico e antrópico. A metodologia de análise perpassou desde a utilização das técnicas de geoprocessamento e fotointerpretação, bem como ações em campo e de coleta de dados oficiais de uso e ocupação do solo de forma a caracterizar a área de acordo com a realidade local, com descrição mais clara dos aspectos ambientais identificados para, enfim, verificar qual seria melhor alternativa para a implantação do gasoduto.

O PT afirma que o EIA/Rima foi pertinente e bem fundamentado:

Os aspectos técnicos levaram em consideração aspectos de (i) Comprimento, e custo dos traçados das alternativas, (ii) Número de válvulas intermediárias, (iii) Cruzamento/travessia de corpos hídricos, (iv) Cruzamento/travessia de ferrovias e rodovia. A narrativa abordada demonstra-se pertinentes e bem fundamentadas na escolha da melhor alternativa tecnológica escolhida, sendo analisada de forma integrada com aspectos ambientais identificados.

O EIA/Rima apresenta uma análise substancial dos aspectos ambientais, consistentemente os analisam de forma sistêmica e integrada considerando o meio físico, biótico e socioeconômico atrelados aos aspectos técnicos construtivos do projeto. Dessa forma, foram considerados 19 aspectos ambientais e quatro critérios técnicos e financeiros. Cada aspecto foi descrito e avaliado comparativamente entre as alternativas de traçado adotadas no estudo.

² MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental Brasileiro*. 19ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011. pag. 254.

R



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Nota-se, portanto, que de acordo com o Parecer Técnico a alternativa "1", foi escolhida pelos seguintes fatos relativos à implantação (fl. 394):

O EIA conclui que a **Alternativa 1 é a mais favorável** e adequada dentre as três alternativas estudadas para o empreendimento. Tal conclusão mostra-se assertiva quando comparada as outras duas alternativas locais apresentadas, não havendo outros elementos relevantes para outras hipóteses locais de implantação do empreendimento.

Importante ressaltar que foi apresentado o prognóstico da não execução deste empreendimento, conforme exigido legalmente, e em conformidade com a Instrução Técnica PRES/CEAM nº 12/2016, concluindo que a não implantação seria uma perda de oportunidade e incompatível com a concepção de desenvolvimento sustentável (fl.394):

Quanto aos aspectos ambientais, os cenários de conservação do ambiente se manteriam estabilizados com crescente necessidade de ocupação territorial em virtude das necessidades humanas. Porém, haverá uma crescente pressão por serviços públicos como coleta de lixo, saneamento, energia, saúde e segurança, o que poderá causar um problema aos administradores públicos por conta da baixa arrecadação econômica.

Vale ressaltar que a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938/81, preceitua que o seu objetivo é preservar, melhorar e recuperar o meio ambiente e assegurar "condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana", objetivando compatibilizar o "desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico". Logo, partindo desse princípio, a não realização desse empreendimento não parece ser razoável e desejável.

Desta forma, considerando se tratar de matéria eminentemente técnica, da leitura do PT CEAM nº 23/19, pode-se extrair que a alternativa proposta foi tecnicamente aprovada à medida que ao final se concluiu pela viabilidade ambiental do projeto.

VII. DA ÁREA DE INFLUÊNCIA

7.1. – Área Diretamente Afetada (ADA)

O Parecer descreve que a Área Diretamente Afetada foi definida como a área que ocorrerão intervenções com a implantação do empreendimento, sendo o seu delineamento

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

igual para os meios físico, biótico e socioeconômico. Corresponde à área efetivamente a ser ocupada pelas instalações do GASOG.

Cabe destacar que, conforme exposto no PT CEAM nº 23/19, foi definida como ADA a faixa de servidão estabelecida em projeto (largura de 20m), onde haverá restrição de uso nas fases de instalação e operação do GASOG, assim como áreas inerentes ao empreendimento como, por exemplo, áreas de implantação dos canteiros de obra.

No que tange à vegetação e à fauna, na ADA as áreas de vegetação com influência marinha (restingas) serão as mais afetadas e onde o empreendimento apresenta seus maiores impactos (fl.409).

7.2. – Área de Influência Direta (AID)

O PT nº 23/19 descreve que a Área de Influência Direta foi delimitada considerando as feições naturais, nos seguintes termos:

Na delimitação da AID foram levadas em consideração as feições naturais (características físicas e bióticas) e socioeconômicas da região, onde será instalado o Gasoduto dos Goytacazes, além das áreas sujeitas aos impactos desencadeados pelo planejamento, construção e operação deste empreendimento. Como consequência das características dos meios natural e socioeconômico, a AID de ambos é delimitada diferentemente.

Ressalta-se que foram identificadas espécies ameaçadas de extinção (PT nº 23/19 – fl. 452), desta forma, necessário salientar este ponto de atenção neste licenciamento ambiental.

7.3. – Área de Influência Indireta (All)

Segundo o PT nº 23/19, a All para os meios físico e biótico foi analisada considerando o local em que será instalado o GASOG, assim como das áreas potencialmente sujeitas aos impactos desencadeados pelo planejamento, construção e operação deste empreendimento, partindo de uma análise preliminar da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul e faz os seguintes apontamentos:

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. E-07/002.5084/2016

Data: 02/05/2016

Rubrica

ID:

Em resposta a estas características a Área de Influência Indireta (AII) dos meios natural (físico e biótico) e socioeconômico é delimitada de maneira diferente por meio de caracteres específicos. No caso dos meios físico e biótico, foram consideradas características relativas à natureza da região, como a geologia e geomorfologia, potenciais áreas de conectividade de remanescentes vegetacionais, rede hidrográfica e outros fatores ambientais presentes na Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (RH-IX).

A delimitação da AII do meio socioeconômico para o Gasoduto dos Goytacazes se baseou na identificação das áreas indiretamente afetadas pela implantação do empreendimento, ou seja, localizadas no alcance das interferências socioambientais promovidas, indiretamente, pelas atividades a serem realizadas. Para tal, considerou-se a totalidade dos territórios dos municípios por onde segue o traçado do Gasoduto dos Goytacazes (Campos dos Goytacazes e São João da Barra), além de levar em consideração a presença de elementos antrópicos relevantes como, por exemplo, os sítios arqueológicos registrados.

Como critério para definição da AII, com relação ao meio socioeconômico, foram utilizadas as áreas indiretamente afetadas, para identificar e avaliar a repercussão dos impactos previstos em toda a extensão do GASOG.

VIII. DAS ÁREAS ESPECIALMENTE PROTEGIDAS

A matriz constitucional para a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, encontra-se no art. 225, §1º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil ('CRFB'), que determina ser incumbência do Poder Público "definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a proteção"³.

³ Também merecem destaque os incisos de seu §1º, especialmente o I, II, e VII, que, para assegurar a efetividade do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, determinam ao Poder Público o dever de "preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas" (inciso I), "preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético" (inciso II), "proteger a fauna e flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em



B



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Estes espaços protegidos referidos pela CRFB constituem-se, basicamente, por (i) unidades de conservação da natureza (Lei 9.985/2000); (ii) áreas de preservação permanente (previstas na Lei 12.651/2012 e na Lei 11.428/2006), (iii) áreas de interesse especial (Lei 6.766/1979 e Lei 10.257/2001) e, finalmente, (iv) reservas legais (previstas na Lei 12.651/2012).

Conforme a inteligência da Constituição, a supressão e alteração destes espaços protegidos somente poderão ser permitidas através de previsão legal, com a devida autorização do órgão ambiental competente. Salienta-se que a regra é a sua preservação.

8.1. – Das Unidades de Conservação (UC)

A Resolução CONAMA nº 428/2010, dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da unidade de conservação, de que trata o § 3º do art. 36 da Lei Federal nº 9.985/2000⁴. No art. 1º da Resolução foi regulamentada a necessidade de obtenção da autorização do órgão administrador da unidade de conservação, a saber:

Resolução CONAMA nº 428/2010

Art. 1º - O licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação (UC) específica ou sua Zona de Amortecimento (ZA), assim considerados pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC ou, no caso

risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade” (inciso VII)

⁴ Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

18



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. E-07/002.5084/2016

Data: 02/05/2016

Rubrica

ID:

das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), pelo órgão responsável pela sua criação.

Observa-se, ainda, que o § 2º do art. 1º da Resolução⁵ determinou que quando não houver zona de amortecimento estabelecida para a unidade de conservação, será aplicada uma faixa de 3.000 (três mil) metros a partir do limite da unidade de conservação, salvo os casos de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs), APAs e Áreas Urbanas Consolidadas.

No caso em análise, no que tange às unidades de conservação mais próximas ao empreendimento, ficou consignado no Parecer Técnico de Licença Prévia CEAM nº 23/19 (fl. 397), que as mais próximas são (i) Parque Estadual Lagoa do Açu a 7,4 km e (ii) a APA Waldeir Gonçalves (Serra do Itaóca) instituída pela Lei Municipal de Campos de Goytacazes-RJ nº 8.424/2013 a 3,35 km, localizados a uma distância superior a 3 mil metros da área do empreendimento.

Unidade de Conservação	Distância a partir do empreendimento (km)
Floresta Estadual José Zago	75,3
Estação Ecológica Estadual Gaxindiba	43,7
Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	32,7
Parque Estadual do Desengano	22,1
Parque Estadual Lagoa do Açu	7,4

⁵ Art. 1º (...) §2º Durante o prazo de 5 anos, contados a partir da publicação da Resolução nº 473, de 11 de dezembro de 2015, o licenciamento de empreendimento de significativo impacto ambiental, localizados numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no caput, com exceção de RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas. (redação dada pela Resolução nº 473/2015).

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

APA Waldeir Gonçalves (Serra do Itaóca)	3,35
---	------

Desta forma, tendo em que vista não existem Unidades de Conservação a uma distância inferior a 3 mil metros do empreendimento, será desnecessária a autorização de qualquer órgão gestor para seu licenciamento.

8.2. – Da Área de Preservação Permanente (APP)

O Código Florestal, Lei 12.651/2012, define área de preservação permanente como “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

No caso em tela, o PT 23/19 destaca que para a implementação do empreendimento será necessária a intervenção em diversas APPs em uma área total de 6,11 ha (fl. 413) e foram identificadas APP em relação à Faixa Marginal de Proteção (fl.459) e APP em Restingas Fixadoras de Dunas (fl. 451).

O regime de proteção das APPs incide sobre determinada vegetação em razão de sua função ecológica decorrentes das características físicas de sua localização, independentemente de seu bioma ou classificação.

Ressalta-se que, segundo a doutrina, as APPs têm natureza de limitação de uso ao direito de propriedade e não é admitida a intervenção - são vedadas as edificações, edículas ou qualquer intervenção que importe na supressão de vegetação ou que possa impedir sua regeneração.⁶ Tratam-se, pois, de áreas *non aedificandi*, onde nada se pode construir.

Esta é a regra, da qual são admitidas exceções a serem autorizadas pelo órgão ambiental competente quando inexisterem alternativas técnicas e locacionais ao empreendimento proposto, estritamente nos casos a seguir:

⁶ AMADO, Frederico. *Direito Ambiental Esquematizado*. 4ª Edição. São Paulo: Editora Método, 2012. P. 202.



8



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. E-07/002.5084/2016

Data: 02/05/2016 fls. 175

Rubrica

ID:

- i) Os casos de utilidade pública, interesse social e de supressão eventual e de baixo impacto ambiental (art. 8º do Código Florestal);⁷
- ii) O caso em que a implantação do empreendimento ocorreu antes da norma que estabeleceu os limites da APP (Lei n. 7.511/1986);
- iii) Os casos em que se aplicam o Parecer RD 04/2007 e o Decreto Estadual n. 42.356/2010.

Cumpra mencionar que o Código Florestal (Lei 12.651/2012) prevê expressamente a possibilidade de intervenção em APP, dentre outras hipóteses, para empreendimentos ou atividades tidas como de "utilidade pública" (art. 8º), §1º, como é o caso das obras essenciais de infraestrutura, destinadas a serviços de energia (art. 3º, VIII, "b"):

Lei 12.651/2012

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

(...)

VIII - utilidade pública:

(...)

b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios, saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho;

O PT 23/2019 considera o empreendimento de Utilidade Pública mencionando o revogado Código Florestal de 1965:

Considerando ser o empreendimento de Utilidade Pública conforme Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965;

De todo modo, como já mencionado, a Lei 12.651/2012 (Código Florestal vigente) prevê expressamente a possibilidade de intervenção em APP nas hipóteses de utilidade pública, como nos casos de obras essenciais de infraestrutura, destinadas a serviços de

⁷ **Art. 8º** - A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

energia (art. 3º, VIII, "b"), que, em tese, se enquadraria o empreendimento ora analisado, gasoduto.

Ressalte-se que há parecer da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Parecer n. 04/12-RTAM-PG-2, da lavra do eminente Procurador do Estado Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, que avalia a abrangência do termo "energia" (art. 3º, VIII, "b" da Lei 12.651/2012) e considerando que os empreendimentos que poderiam ser incluídos na hipótese de "utilidade pública presumida", independentemente de constituir ou não serviço público.

Dito isto, é fundamental que a área técnica analise se o empreendimento em questão se enquadra nas possibilidades de intervenção por utilidade pública, bem como atestar a inexistência de alternativa técnica ou locacional à atividade proposta, conforme a ADI 4903⁸ que determinou a interpretação conforme a Constituição ao art. 3º, VIII e IX da Lei 12.651/12 no sentido de que em todas as hipóteses de intervenção excepcional em APP por interesse social ou utilidade pública previstas exemplificativamente nos incisos VIII e IX do art. 3º sejam condicionadas à inexistência de alternativa técnica ou locacional, comprovada mediante processo administrativo próprio, conforme alínea "e" do inciso VIII e alínea "g" do inciso IX e nos termos da Resolução CONAMA nº 369/06.

Essa questão não foi objeto de análise pelo PT 23/2019 e deverá ser examinada pelo corpo técnico deste Instituto.

Em suma, deverá o corpo técnico averiguar se o GASOG se enquadra nos casos de utilidade pública com efeito e atestar a inexistência de alternativa técnica ou locacional à atividade para haver a intervenção em APP.

⁸ ADI 4903. NÚMERO ÚNICO: 9929964-68.2013.1.00.0000. Relator Min. Luiz Fux. Data de publicação: 08/03/2018.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. E-07/002.5084/2016

Data: 02/05/2016 fls. 476

Rubrica

ID:

8.3. – Da Reserva Legal (RL)

A Reserva Legal - RL é espécie do gênero espaço territorial especialmente protegido e vem disciplinada pelo Código Florestal que, no art. 1º, §2º, inciso III, estabelece o seu conceito:

Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais; à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

Depreende-se da leitura do dispositivo legal transcrito, que o instituto da reserva legal, ao contrário da APP, só se aplica às propriedades ou posses rurais, ou seja, que estejam localizadas em zona rural e que tenham destinação rural.

Todavia, esclarece o Parecer Técnico (fl. 400) que, conforme a Certidão de zoneamento SECPLAN nº 009/2016 emitida pela Prefeitura de São João da Barra (fl.60), o traçado proposto para o empreendimento tornou-se zona industrial de acordo com a Lei 359/2015, ocorrendo após regulamentação da RL pela Lei 7.803/1989 – que alterou a Lei 4.771/1965. Sendo assim, deve ser verificado se a área antes da alteração do zoneamento se encontrava em zona rural para analisar a obrigatoriedade da RL para este empreendimento.

A Certidão de zoneamento de nº 129/2016 emitida pela prefeitura de Campos dos Goytacazes atesta que “o trecho do projeto de gasoduto situado em São João da Barra/ Campos dos Goytacazes (fl. 58), encontra-se em uma Zona Rural do Município de Campos dos Goytacazes, de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo no 7974, conforme parecer do Setor de Análise, em 15 de maio de 2016” (fl.400), sendo portanto obrigatória a instituição, conservação ou compensação de RL.

Portanto, sugere-se que, para fins de concessão de Licença de Instalação (LI), seja aposta condicionante com exigência de prévia demarcação e aprovação ou compensação da RL da propriedade, devendo ainda haver a declaração de opção: (a) pela execução da

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Reposição Florestal ou (b) pelo Mecanismo Financeiro de Compensação Florestal, conforme Resolução Conjunta SEA/INEA nº 630/2016.

IX. DA VEGETAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

A proteção da vegetação típica do bioma Mata Atlântica tem sede no § 4º do art. 225 da Constituição Federal, segundo o qual:

Constituição Federal

Art. 225

(...)

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

A Lei 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica, estabelece as seguintes formações florestais como integrantes daquele bioma: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.

No caso, segundo informado pelo PT n. 23/19, a vegetação de restinga a ser suprimida se encontra nos estágios inicial a médio de regeneração. Assim, deve-se observar o disposto nos artigos 23, 24 e 25 da Lei 11.428/2006:

Lei 11.428/2006

Art. 23. O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados:

I - em caráter excepcional, quando necessários à execução de obras, atividades ou projetos de utilidade pública ou de interesse social, pesquisa científica e práticas preservacionistas; (...).

Art. 24. O corte e a supressão da vegetação em estágio médio de regeneração, de que trata o inciso I do art. 23 desta Lei, nos casos de

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

8



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

utilidade pública ou interesse social, obedecerão ao disposto no art. 14 desta Lei. (...).

Art. 25. O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica serão autorizados pelo órgão estadual competente.

Parágrafo único. O corte, a supressão e a exploração de que trata este artigo, nos Estados em que a vegetação primária e secundária remanescente do Bioma Mata Atlântica for inferior a 5% (cinco por cento) da área original, submeter-se-ão ao regime jurídico aplicável à vegetação secundária em estágio médio de regeneração, ressalvadas as áreas urbanas e regiões metropolitanas.

Ainda, torna-se imperioso para o presente caso a análise das regras do artigo 14^º, *in verbis*:

Lei 11.428/2006

Art. 14. A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto no inciso I do art. 30 e nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei.

§ 1º A supressão de que trata o caput deste artigo dependerá de autorização do órgão ambiental estadual competente, com anuência prévia, quando couber, do órgão federal ou municipal de meio ambiente, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º A supressão de vegetação no estágio médio de regeneração situada em área urbana dependerá de autorização do órgão ambiental municipal competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente,

⁹ Em relação às competências estabelecidas nos parágrafos deste artigo, é entendimento da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro constante do Parecer nº 56/18-RTAM-PG-2 de lavra do Procurador Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, que a Lei Complementar 140/2011, em especial o art. 13, §2º revogou tacitamente tais dispositivos, ou ainda que não o tenha feito, estes são inconstitucionais por estarem em desacordo com o art. 23 da Constituição Federal:

“Em suma, a nosso ver:

- tanto a distribuição de competência para autorizar supressão de vegetação quanto a previsão de anuência prévia de outro ente previstas nos §§ 2º e 30 do artigo 14 da Lei da Mata Atlântica (Lei n. 11.428/06) são incompatíveis com a Constituição Federal e com a Lei Complementar Federal nº 140/11.
- Isto significa que tais normas são inconstitucionais ou, para quem as considerar constitucionais na origem, foram revogadas.
- Face a questões de segurança jurídica e institucional entende-se possível fixar "interpretação conforme" de tais dispositivos no sentido de que a manifestação do outro ente deixou de ser vinculativa, na forma exposta acima.
- A fixação da atribuição para supressão de vegetação é aquela feita pela Lei Complementar Federal nº 140, como exposto nos §§44 a 60 deste Parecer.”





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico.

§ 3º Na proposta de declaração de utilidade pública disposta na alínea b do inciso VII do art. 3º desta Lei, caberá ao proponente indicar de forma detalhada a alta relevância e o interesse nacional.

Vale ressaltar que o art. 14 da Lei da Mata Atlântica também trata de supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração afirmando que esta poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

Nota-se, portanto, que a relevância ecológica da vegetação típica do bioma Mata Atlântica impõe o seu tratamento diferenciado, concretizado na adoção de medidas restritivas ou impeditivas de sua utilização.

Destarte, a supressão da vegetação típica do Bioma Mata Atlântica dependerá de autorização do órgão ambiental competente e deverá atender aos requisitos previstos na Lei 11.428/2006, em especial no artigo 3º, VII, "b":

Lei 11.428/2006

Art. 3º Consideram-se para os efeitos desta Lei:

(...)

VII - utilidade pública:

(...)

b) as obras essenciais de infra-estrutura de interesse nacional destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia, declaradas pelo poder público federal ou dos Estados;

Para a implantação do empreendimento, de acordo com o Parecer Técnico de Licença Prévia – PRES/CEAM n. 23/19, está prevista a supressão de restinga em diferentes níveis de degradação, variando de inicial a médio, hipótese que requer seja declarada a utilidade pública pelo Chefe do Poder Executivo, o Governador, na forma prevista na alínea "b" do Art. 3º da Lei 11.428/2006.

Este impacto ocorrerá em virtude da abertura da faixa de servidão administrativa para implantação dos dutos terrestres sobre as áreas de

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

18



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

restinga localizadas entre o Km 0 e o Km 15 do traçado previsto do gasoduto. **Considerando as tipologias de restinga alvo de supressão, 1,23 ha se referem à 2(dois) fragmentos da tipologia Arbórea não Inundável ou pós-praia e 9,20 ha refere-se à 10 fragmentos da tipologia Arbustiva aberta não inundável, em diferentes níveis de degradação e variando de estágios de regeneração inicial a médio em função da intervenção antrópica constante na região.**

Destaca-se que na área onde está prevista a supressão de vegetação em um fragmento de restinga arbórea não inundável presente na AID do GASOG foi registrado um indivíduo da espécie *Melanopsidium nigrum* considerada **oficialmente ameaçada de extinção (MMA, 2008) e considerada Vulnerável (VU) pela Fundação Biodiversitas (2005)**, além da expressiva presença de espécies indicadoras do estágio médio de regeneração para esta formação.

Além disso, de acordo com o Parecer Técnico de Licença Prévia – PRES/CEAM n. 23/19 (fl. 452), na área de influência direta do empreendimento, foi registrado um indivíduo da espécie *Melanopsidium nigrum* considerada oficialmente ameaçada de extinção (MMA, 2008), e considerada Vulnerável (VU) pela Fundação Biodiversitas (2005), além da expressiva presença de espécies indicadoras do estágio médio de regeneração para esta formação:

Assim, os remanescentes de restinga arbórea-arbustiva presentes no traçado previsto para implantação do GASOG, são considerados de grande relevância ambiental em função das peculiaridades referentes a esta fitofisionomia, exclusiva de ambientes que sofrem influência marinha e, neste caso, encontram-se restritos à pequenas porções influenciadas e pressionadas por intensos processos de antropização, conforme descrito no Diagnóstico Ambiental. Por esta razão, o impacto de supressão da vegetação de restinga, fragmentação, efeitos de borda e alteração de processos ecossistêmicos é classificado como de **média magnitude, alta sensibilidade e de grande importância.**

O Art. 11 da Lei de proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica (11.428/2006) que estabelece as hipóteses de vedação do corte e da supressão de vegetação primária e secundária nos estágios avançado e médio. A hipótese do inciso I, alínea "a" trata, respectivamente, da situações em que a vegetação abriga "espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual,



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivências dessas espécies".

Desta forma, vemos que a vedação de supressão de vegetação atinge apenas os casos em que supressão da vegetação levar situação de efetiva eliminação da espécie da flora ou da fauna, ou de variante genética daquela hipótese na qual estará vedada a supressão de vegetação.

Conforme destacado quando da análise da flora, espécies ameaçadas de extinção foram encontradas na área de intervenção para implantação do empreendimento e, como foi constatada vegetação de restinga em estágio médio de regeneração na área, como dispõe o dispositivo acima, deverão ser observadas e atendidas as medidas mitigadoras, os planos e programas para garantir a sobrevivência destas espécies, bem como devem ser tomadas medidas compensatórias estipuladas pela área técnica diante da necessidade de repor área equivalente à área do empreendimento, em estrita observância à Resolução INEA 89/2014. Obrigação, esta, que deverá constar como uma das condições de validade da LP.

Diante de todo o exposto, conclui-se que, tendo em vista que a tipologia da restinga alvo de supressão estar em médio estágio de regeneração e se tratar de espécie da flora oficialmente ameaçada de extinção conforme descrito no PT 23/2019 (fl. 452), será necessário o Decreto de Utilidade Pública, emitido pelo Governador, para que o órgão ambiental possa autorizar a supressão requerida, condicionando-a a compensação ambiental de que trata o art. 17 da Lei da Mata Atlântica, bem como parecer técnico do Inea atestando (a) a inexistência de alternativa técnica e locacional e que (b) os impactos do corte ou supressão serão adequadamente mitigados e não agravarão o risco à sobrevivência in situ da espécie, para o caso de autorização de supressão de remanescentes de vegetação nativa de espécie ameaçada de extinção, nos termos da Lei de proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica (11.428/2006).

Quanto à vegetação secundária em estágio inicial de vegetação, o seu corte, supressão a exploração dar-se-ão com a devida autorização do Inea, conforme o artigo 25



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. E-07/002.5084/2016

Data: 02/05/2016 fls. 17

Rubrica

ID:

da Lei 11.428/2006 com observância ao disposto no artigo 13 § 2º da Lei Complementar 140/2011¹⁰.

X. DA FAUNA LOCAL

O PT nº 23/19 ao avaliar a fauna local adverte à fl. 454 que o estudo realizado não prevê a execução programa de monitoramento da fauna afugentada e realocada, em especial, da fauna ameaçada de extinção.

Neste aspecto cumpre destacar que o parecer (às fls. 415-416) faz referência à ocorrência de **espécies endêmicas de restinga e ameaças de extinção na AII, tanto na heptofauna, quanto na avifauna, bem como mamíferos.**

Na AID e ADA, afirma que o EIA informa que o lagarto-de-cauda-verde (*Ameivula litorallis*) encontra-se ameaçado de extinção, categorizada como "Em Perigo (EP)" na lista nacional de espécies ameaçadas (fl. 418)

O PT 23/19 faz uma ressalva quanto ao EIA (fl. 418):

De acordo com o estudo, as demais espécies registradas no diagnóstico não se encontram ameaçadas de extinção, entretanto o cágado-amarelo (*Acanthochelys radiolata*) encontra-se na categoria "Quase Ameaçado", em nível mundial (IUCN, 2016). Não foram registradas espécies bioindicadoras, cinegéticas ou restritas a ambientes florestais. No entanto, onze espécies amostradas durante o levantamento (47,6%) são classificadas como endêmicas da Mata Atlântica, sendo sete anuros (*Aparasphenodon bruno*i, *Dendropsophus decipiens*, *Dendropsophus pseudomeridianus*, *Hypsiboas albomarginatus*, *Scinax cuspidatus*, *Scinax alter*, *Trachycephalus nigromaculatus*) e quatro lagartos (*Ameivula litoralis*, *Tropidurus torquatus*, *Brasiliscincus agilis* e *Psychosaura macrorhyncha*).

¹⁰ **Art. 13.** Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas nos termos desta Lei Complementar.

§ 1º Os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira não vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.

§ 2º A supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais é autorizada pelo ente federativo licenciador.

6



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Portanto, em razão da presença de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, a questão da fauna local é um ponto de atenção no licenciamento devendo o empreendedor observar todas as medidas mitigadoras, planos e programas indicados pela área técnica.

Conforme já tratado no capítulo 8.3 relativo à vegetação do bioma mata atlântica, o Art. 11, I "a" da Lei 11.428/2006 estabelece as hipóteses de vedação do corte e da supressão de vegetação primária e secundária nos estágios avançado e médio nos casos em que a vegetação abriga "espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção ou o parcelamento puserem em risco a sobrevivências dessas espécies".

Esta vedação de supressão de vegetação atinge apenas os casos em que supressão da vegetação levar situação de efetiva eliminação da espécie da flora ou da fauna, ou de variante genética daquela. Sendo especificamente este caso, efetivamente estará vedada supressão de vegetação.

Na análise da fauna, foram encontradas espécies ameaçadas de extinção na área de intervenção para implantação do empreendimento e, como foi constatada vegetação de restinga em estágio médio de regeneração na área, conforme dispõe o dispositivo acima, deverão ser observadas e atendidas as medidas mitigadoras, assim como os planos e programas para garantir a sobrevivência destas espécies, com Programa de Monitoramento específico para as espécies *Ameivula litorallis* (lagarto-de-cauda-verde) na Área de Influência Direta do empreendimento e na RPPN Caruara;

Assim, tendo em vista que a tipologia da restinga alvo de supressão estar em médio estágio de regeneração e se tratar de espécie da fauna oficialmente ameaçada de extinção conforme descrito no PT 23/2019 (fl. 418), será necessário o Decreto de Utilidade Pública, emitido pelo Governador, para que o órgão ambiental possa autorizar a supressão requerida, condicionando-a a compensação ambiental de que trata o art. 17 da Lei da Mata Atlântica, bem como parecer técnico do Inea atestando (a) a inexistência de alternativa técnica e locacional e que (b) os impactos do corte ou supressão serão adequadamente mitigados e não agravarão o risco à sobrevivência *in situ* da espécie, para o caso de autorização de



Handwritten signature



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. E-07/002.5084/2016

Data: 02/05/2016 fls. 1

Rubrica

ID:

supressão de remanescentes de vegetação nativa de espécie ameaçada de extinção, nos termos da Lei de proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica (11.428/2006).

XI. DA CERTIDÃO DE ZONEAMENTO MUNICIPAL

A Certidão de Zoneamento é documento exigível para a concessão de licença ambiental nos termos do Decreto nº 44.820/2014 (SLAM), que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental - SLAM, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro:

SLAM

Art. 7º - A Licença Prévia (LP) é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade e **aprova sua localização** e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas fases seguintes de sua implantação.

Parágrafo único. O prazo de validade da LP é, no mínimo, o estabelecido no cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos e, no máximo, de 05 (cinco) anos.

Art. 15. Para concessão das licenças previstas nos artigos 7º ao 13 deverá ser comprovada pelo empreendedor a conformidade do empreendimento ou atividade à legislação municipal de uso e ocupação do solo, mediante certidão ou declaração expedida pelo Município.

§ 1º O Alvará de Localização e Funcionamento expedido pelo Município que ateste a conformidade da atividade/empreendimento quanto ao uso e ocupação do solo será aceito para fins do cumprimento do disposto no caput, desde que possua prazo válido. (Parágrafo acrescentado pelo Decreto Nº 45482 DE 04/12/2015).

§ 2º Na hipótese de não constar prazo de validade no documento acima mencionado, serão aceitas certidões ou alvarás emitidos até 1 (um) ano antes da data do pedido da licença. (Parágrafo acrescentado pelo Decreto Nº 45482 DE 04/12/2015).

Nesse sentido, o Parecer Técnico (fl. 400) indica que a Certidão de zoneamento SECPLAN nº 009/2016 emitida pela Prefeitura de São João da Barra, certifica que o traçado proposto para o empreendimento tornou-se zona industrial de acordo com a Lei 359/2015 e a Certidão de zoneamento de nº 129/2016 emitida pela prefeitura de Campos dos Goytacazes atesta que "quando da solicitação para construções no local, o projeto em causa

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

R



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

deverá atender ao Código de Obras Vigente, o parecer da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do Corpo de Bombeiros e as demais Leis que se fizerem necessárias" (conforme fls. 58 do p.a.)" (fl.58).

Conforme previsão do art. 30, VIII, CRFB/88, a incumbência aos Municípios de promover a análise de adequação entre a atividade ou empreendimento licenciado ao planejamento urbanístico elaborado para a localidade, análise essa cujo resultado deverá corresponder à expedição da pertinente certidão.

Diante do exposto, pela análise das Certidões apresentadas às fls. 56-60, foi atendida a exigência contida no artigo 15 do Decreto Estadual nº 44.820/2014.

XII. DOS IMPACTOS E DAS MEDIDAS MITIGADORAS

12.1. – Nas Fases de Planejamento e Implantação

Foi apresentada extensa análise dos impactos que serão causados pela instalação do GASOG, acompanhada das medidas mitigadoras cabíveis, assim como dos planos e programas governamentais recomendados.

Tendo em vista que essa é uma avaliação de caráter estritamente técnico, cabe à Procuradoria do Inea destacar as principais observações e comentários expostos no Parecer Técnico de Licença Prévia CEAM nº 23/19.

Sendo assim, como apontado no parecer, faz-se necessária a elaboração de diversos programas e medidas, tendo em vista que diversas medidas apresentadas atendem parcialmente ao impacto gerado (fl. 432-455).

Ainda, de forma a mitigar os impactos gerados pela implantação do empreendimento, o parecer técnico ressalta em diversos momentos a importância da execução do Programa de Educação Ambiental, comunicação social e gerenciamento de obra, em razão das medidas apresentadas pela empresa atenderem, apenas, parcialmente o impacto gerado (fl. 433-437), à geração de empregos (fl. 434), à disposição final dos resíduos (fl. 437-438),



R



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. E-07/002.5084/2016

Data: 02/05/2016 fls. 1

Rubrica

ID:

destacando-se as ações direcionadas a mitigar os fatores ambientais decorrentes dos fluxos de movimentos de pessoas por oportunidade de trabalho (fl. 439).

Com relação à alteração na flora e fauna (fl. 450-455), nas considerações do PT nº 23/19, constata-se que "o Estudo não prevê a execução de um programa de monitoramento da fauna afugentada e realocada, em especial, da fauna ameaçada de extinção. Entretanto, faz-se necessário a inclusão deste programa uma vez que haverá supressão de vegetação na área diretamente afetada".

Portanto, faz-se necessária esta ressalva no sentido de ser incluído o programa de monitoramento da fauna afugentada e realocada, em especial da fauna ameaçada de extinção.

Importa destacar que caso a destinação de área de Reposição Florestal seja enquadrada no inciso III, art. 4º, da Resolução Inea nº 89/2014, deverá ser apresentado Projeto Executivo de Reposição Florestal, conforme PT CEAM 23/19.

O PT CEAM evidencia a necessidade de ser elaborado Plano de Manutenção de Equipamentos em relação à queima de combustível fóssil (diesel e gasolina), não bastando a informação de que este será elaborado por empresa terceirizada (fl. 448).

Em relação à Interferência sobre áreas de concessão de direitos minerários, deve se considerar o pedido de bloqueio da área da faixa de duto junto ao DNPM, apresentando comprovação (fl. 448).

12.2. – Na Fase de Operação

Na fase de operação do GASOG, área onde será implantado o duto permanecerá com restrição de uso, na faixa de servidão de 20 metros, incluindo a restrição quanto às culturas agrícolas, não podendo ser plantadas culturas de médio e grande porte ou construídas edificações na área. (fl. 433). Nesta fase, o impacto em relação à desapropriação de propriedades e alteração de uso do solo para o estabelecimento da faixa de servidão administrativa e de estruturas de apoio do GASOG é tido como negativo, direto,

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

18



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

contínuo, local, longa duração, permanente, irreversível, contínuo, cumulativo, baixa magnitude, média sensibilidade e média importância.

A faixa de servidão deverá ser objeto de inspeções periódicas. A segurança operacional será principal objetivo das instalações. O GASOG terá um sistema de controle e monitoramento de vazamentos, bem como um rigoroso sistema de inspeção.

A necessidade de priorização de mão de obra local e a sensibilização e capacitação ambiental dos trabalhadores são ressaltados quando dos impactos gerados pela pressão sobre a infraestrutura de disposição final de resíduos (fl. 437-438), por atuar diretamente sobre o fator ambiental "População" e indiretamente sobre os fatores ambientais "Infraestrutura de disposição final de resíduo", "Infraestrutura de Saneamento Básico", "Tráfego Rodoviário" e "Infraestrutura Rodoviária".

No que tange à percepção de risco pela população residente em áreas próximas ao GASOG, nesta fase de operação, em razão da peculiaridade do empreendimento, destaca-se que o impacto é tido como negativo, direto, regional, imediata, longa duração, permanente, irreversível, cumulativo, contínua, baixa magnitude e média sensibilidade e importância.

Os programas recomendados são o programa de comunicação social e o programa de negociação, indenização e reassentamento, devendo ser elaborado Relatório técnico integrado referente às interferências eletromagnéticas potenciais no GASOG considerando os demais dutos na faixa compartilhada, bem como as linhas de transmissão, determinando as tensões ao longo do traçado, inclusive em seus pontos de afloramento ou de exposição em travessias, onde há possibilidade de contato humano, decorrentes de acoplamentos eletromagnéticos entre as interferências com o duto.

O resultado do relatório deverá conter medidas de prevenção a choques elétricos e de segurança e integridade do duto, bem como projetos do canteiro de obras, com planta de localização e dispositivos de tratamento dos efluentes sanitários e efluentes gordurosos (cozinha), com dimensionamento e ponto de lançamento final;

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

[Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Vale destacar que a implementação do empreendimento vai gerar um impacto positivo quanto ao incremento de ICMS devido ao transporte de gás natural, bem como no melhoramento do sistema de transporte de gás natural.

Em relação a contaminação por resíduos poluentes, o PT CEAM nº 23/19 declara que:

O estudo informa que durante a construção e operação do GASOG medidas estratégicas serão tomadas para garantir o correto manuseio, armazenamento temporário, transporte, reciclagem e/ou destinação final dos resíduos. Visando o aproveitamento máximo do potencial de reuso e reciclagem, o estudo indica que medidas serão tomadas para categorizar, separar e segregar os resíduos.

Para a implantação e operação do GASOG, será alvo de supressão vegetação em médio estágio de regeneração e ainda flora oficialmente ameaçada de extinção conforme descrito no PT 23/2019 (fl. 452), bem como na AID e ADA, afirma que o EIA informa que o lagarto-de-cauda-verde (*Ameivula litoralis*) encontra-se ameaçado de extinção, categorizada como "Em Perigo (EP)" na lista nacional de espécies ameaçadas (fl. 418). Devendo ser tomadas as devidas medidas para minimizar/dirimir os impactos ambientais, tratados em capítulos específicos.

No entanto, cabe ressaltar que, quando tratado dos impactos na fase de implantação, na alteração da flora e da fauna, foi destacada a importância da execução de Programas para resguardar as espécies ameaçadas de extinção,

Ratifica-se que todas as medidas mitigadoras indicadas, assim como os programas e planos recomendados no Parecer Técnico de Licença Prévia nº 23/19 devem ser atendidos pelo empreendedor para o desenvolvimento do projeto em análise.

XIII. DOS IMPACTOS CUMULATIVOS E SINÉRGICOS

Outra questão que merece esclarecimento refere-se à avaliação quanto à sinergia dos impactos causados por empreendimentos que pretendem se instalar e funcionar na mesma região.

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Decerto, em consonância com o art. 6º, inciso II da Resolução CONAMA nº 001/1986, os impactos cumulativos e sinérgicos do empreendimento devem ser analisados no EIA, a saber:

Resolução CONAMA nº 001/1986

Art. 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

(...)

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; **suas propriedades cumulativas e sinérgicas;** a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

Da apresentação do estudo concluiu o PT 23/19 que os programas ambientais propostos poderão ser suficientes para garantir a permanência da qualidade ambiental, uma vez que não existem evidências de fatores ambientais desconhecidos para a implantação do empreendimento:

Com a implantação do empreendimento, estão previstos a ocorrência de 11 impactos negativos no meio biótico, 63,6% de baixa magnitude, sendo 81,8% de média importância. Já para o meio socioeconômico, foram identificados 5 impactos positivos e 9 negativos, sendo que dos positivos, 60% foram classificados como de baixa magnitude e (60%) de média importância, enquanto que dos negativos, 55,5% foram classificados como de média magnitude e 88,9% como de média a grande importância. Não há evidências de fatores ambientais desconhecidos quando a implantação do empreendimento, logo, espera-se que os programas ambientais propostos possam garantir a permanência da qualidade ambiental da região.

Diante disso, foram impostas as condicionantes de validade, as medidas mitigadoras e os programas a serem implementadas, impreterivelmente, pelo empreendedor a fim de que sejam mitigados e compensados todos os impactos previstos para a implantação do empreendimento em análise.

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

18



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

XIV. DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Visando a publicidade dos atos públicos, a Resolução CONAMA nº 001/1986 determinou que o RIMA seja acessível ao público e, quando o órgão público entender necessário, serão realizadas audiências públicas, a saber:

Resolução CONAMA nº 001/1986

Art. 11.

§ 1º - Os órgãos públicos que manifestarem interesse, ou tiverem relação direta com o projeto, receberão cópia do RIMA, para conhecimento e manifestação,

§ 2º - Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental e apresentação do RIMA, o estadual competente ou o IBAMA ou, quando couber o Município, determinará o prazo para recebimento dos comentários a serem feitos pelos órgãos públicos e demais interessados e, sempre que julgar necessário, promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do RIMA.

Nesta linha de raciocínio Édis Milaré¹¹ esclarece que os princípios fundamentais da publicidade e da participação pública devem ser observados no âmbito do EIA/RIMA. De modo coerente com estes princípios, a Constituição Federal preconiza que deverá ser garantida a publicidade do EIA, vejamos:

Constituição Federal

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(...)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, **estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;**

Desta forma, a Resolução CONAMA nº 35/2011 dispôs de forma mais detalhada sobre as Audiências Públicas no âmbito do licenciamento ambiental estadual. O art. 2º da Resolução CONAMA definiu o objetivo da audiência pública da seguinte forma:

¹¹ MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário*. 6ª Ed. São Paulo: revista dos Tribunais, 2009, pag. 404.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Resolução CONEMA nº 35/2011

Art. 2º - A Audiência Pública destina-se a fomentar e permitir a participação pública das comunidades interessadas e afetadas pelos impactos ambientais dos empreendimentos descritos no art. 1º e tem por finalidades específicas, além de dar transparência e maior publicidade ao processo de licenciamento ambiental:

I - expor os dados e as informações relevantes em relação ao empreendimento, no que tange a:

- a) características do empreendimento;
- b) alternativas tecnológicas e locacionais;
- c) diagnóstico ambiental;
- d) extensão e magnitude dos impactos ambientais;
- e) medidas mitigadoras e compensatórias;
- f) programas ambientais;
- g) impactos cumulativos e sinérgicos.

II - obter o conhecimento de fatos locais e tradicionais à comunidade afetada pelo empreendimento que possam ser úteis à decisão final do processo de licenciamento e à imposição de condicionantes a eventual licença concedida.

III - recolher sugestões, críticas e comentários que serão registrados e analisados no processo de licenciamento ambiental.

Neste contexto, foi estabelecido no art. 3º da Resolução CONEMA que sempre que a legislação exigir EIA/RIMA para o processo de licenciamento ambiental, será obrigatória a realização de audiência pública.

Com o fim de atender as exigências acima mencionadas, foram realizadas duas audiências públicas, nos dias 13/06/2018 e 14/06/2018, conforme a Deliberação CECA nº 6.180/2018 que autorizou a convocação de Audiência Pública (fl. 173); os editais de convocação para as Audiências Públicas publicados no Diário Oficial¹² (fl. 176-177); os editais de convocação publicados em três jornais de grande circulação no estado (fls. 209-213);

Em 11 de julho de 2018 foi apresentada a transcrição da audiência foi apresentada às fls.244-336, com arquivo de vídeo (pendrive).

Ainda à luz dos ditames da Resolução CONEMA nº 35/2011, deve ser observado o que dispõe o art. 16, *in verbis*:

¹² Foi anexada apenas a minuta do Edital de convocação da Audiência Pública, contendo o dia e a página em que foi publicada do Diário Oficial.

118



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. E-07/002.5084/2016

Data: 02/05/2016

Rubrica

ID:

Art. 16 – Ata sucinta da Audiência Pública, a ser lavrada em até 7 (sete) dias após sua realização, será **assinada pelo Presidente e Secretário**, devendo em seguida ser disponibilizada na página da Internet do INEA.

§ 1º – A Audiência Pública será filmada e seu **arquivo digital de vídeo e áudio**, sem edições, deverá ser entregue ao INEA para consulta pública por meio de sua disponibilização na página da Internet e anexação aos autos do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

§ 2º – Além dos documentos referidos no §1º o empreendedor ou seu representante legal deverá apresentar ao INEA **a transcrição do inteiro teor da Audiência Pública**, com a declaração de seu representante legal de que o documento confere com o teor das apresentações e debates, o qual deverá ser disponibilizado na página da Internet do INEA.

§ 3º – O cumprimento das medidas descritas neste artigo é condição para o prosseguimento do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

Consta no processo que o CECA encaminhou o Ofício CECA/PRES nº 2018 à CEAM em 10 de julho de 2018 (fl. 243) informando o envio anexo dos seguintes documentos:

- Publicação do edital no DOERJ em 11/05/2018;
- 03 jornais contendo o edital de convocação das audiências públicas;
- Cópias dos ofícios de encaminhamento dos convites à diversas autoridades, inclusive ao MPE, MPF;
- Materiais de divulgação das audiências;
- Folhas de perguntas feitas pela população nas audiências;
- Lista de presenças;
- Relatórios de Vistorias do CECA;
- Atas sucintas das audiências.

Contudo, tais documentos não foram anexados ao processo E-07/002.5084/2016, assim, não foi possível constatar o regular cumprimento das exigências.

XV. DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Conforme preconiza o art. 36 da Lei 9.985/2000, nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

18



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral.

Lei 9.985/2000

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

§ 1º - O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

Em razão do dispositivo o Estado do Rio de Janeiro editou a Lei 6.572/2013 que dispõe sobre a compensação devida pelo empreendedor responsável por atividade de significativo impacto ambiental e instituiu a contribuição por serviços ecossistêmicos nos termos da Lei 9.985/2000, neste sentido, cabe destacar o art. 2º que descreve as possibilidades para execução das medidas de apoio e manutenção de unidade de conservação, a saber:

Lei 6.572/2013

Art. 2º - A critério do empreendedor, a execução das medidas de apoio à implantação e manutenção de unidade de conservação poderá ser feita:

- I - diretamente pelo empreendedor;
- II - por pessoa física ou jurídica por ele contratada e de sua responsabilidade.

Ainda, com relação à gradação do impacto ambiental para fins de compensação ambiental, que trata a Lei 9.985/2000, foi instituído pela Deliberação CECA/CN nº 4.888/2007 o percentual mínimo de 0,5% e máximo de 1,1% dos custos totais previstos para implantação do empreendimento, de acordo com o art. 2º, caput e o §5º do art. 3º.

Deliberação CECA/CN nº 4.888/2007

Art. 2º - A compensação de que trata o art. 36, da Lei Federal nº 9.985/2000, será exigível dos empreendimentos de significativo impacto

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

18



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório – EIA/RIMA, no **percentual mínimo de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)** dos custos totais previstos para sua implantação, assim informados no processo de licenciamento ambiental.

Art. 3º – O percentual a ser aplicado sobre os custos totais previstos para implantação de empreendimentos de significativo impacto ambiental, para fins de compensação ambiental (Lei nº 9.985/2000), será obtido pelo produto do Grau de Impacto, do Percentual Máximo para Compensação Ambiental e do Fator de Vulnerabilidade do Bioma Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, conforme definição nos termos do art. 2º da Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006), de acordo com a fórmula a seguir:
(...)

§ 5º – O **Percentual Máximo para Compensação Ambiental** será de **1,1% (um vírgula um por cento)**.

No entanto, em que pese cada ente federativo ter a liberdade para definir a metodologia que considerar mais pertinente às suas especificidades, e para definir o percentual a ser aplicado no cálculo da compensação ambiental, tal decisão deve observar as limitações impostas pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 3.378/2008.

Ou seja, o ente federativo deve considerar que “o valor da compensação-compartilhamento é de ser fixado **proporcionalmente ao impacto ambiental, após estudo em que se assegurem o contraditório e a ampla defesa.**”, e que está impedido de aplicar norma dizendo que o percentual para o cálculo “**não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento**”, porquanto o STF entendeu pela inconstitucionalidade dessa expressão.¹³

Vale ressaltar, porém, que o STF entende que o custo do empreendimento ainda pode ser incluído na base de cálculo do valor da compensação ambiental. A decisão na ADI 3.378/2008 apenas afirmou ser necessário considerar o impacto ambiental e descartou a aplicação de percentuais mínimos.

Nesse contexto, é bastante elucidativo o seguinte julgado do STF, em que citamos parte da ementa e trecho do voto do Relator, o qual fundamentou a decisão unânime da 1ª Turma:

¹³ Item 5 da Ementa da decisão da ADI 3.378/2008.

R



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

DIREITO AMBIENTAL, ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL. DECRETO QUE REGULAMENTA O ART. 36 DA LEI Nº 9.985/2000.

1. O art. 31-A do Decreto nº 4.340/2002, acrescido pelo Decreto nº 6.838/2009, não afronta a autoridade do acórdão proferido na ADI 3.378, Rel. Min. Ayres Britto.

(...)

A propósito, vale ressaltar que o acórdão-paradigma não instituiu fórmulas para cálculo da compensação, **nem sequer invalidou a utilização do valor do empreendimento como parâmetro** (nesse sentido, confira-se a Rcl 12.887 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, acima citada): **apenas afirmou-se ser necessário considerar o impacto ambiental e descartou-se a aplicação de percentuais mínimos.** (Grifo nosso)

(Ag. Reg. na Reclamação 17.364/DF, Relator Ministro Luis Roberto Barroso, 1ª Turma, Julgamento em 21/10/2016, DJe-239 publicado em 10/11/2016)

O julgado do STF citado no voto do Agravo Regimental, acima, também explica sobre a não exclusão do custo do empreendimento na base de cálculo, além de deixar claro que o órgão responsável pelo cálculo da compensação, desde que observe os parâmetros estabelecidos pelo STF, pode fixar outra forma de compensação após estudos pertinentes ao caso:

Quer fazer crer a agravante que, no julgamento da ADI nº 3.378/DF, ao declarar a inconstitucionalidade da expressão "não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento", o STF teria proibido que o valor da compensação ambiental fosse calculado com base nos custos do empreendimento, assim como ficaria obstada a aplicação de qualquer percentual para determinação do quantum relativo à compensação ambiental.

Não há plausibilidade jurídica na tese defendida pela agravante, uma vez que, nas discussões durante o julgamento da ADI nº 3.378/DF, em nenhum momento se falou em inconstitucionalidade quando o valor da compensação fosse calculado sobre os custos do empreendimento. O que a Corte fez foi retirar a expressão acima referida para garantir que o percentual sobre o custo do empreendimento não fosse a única forma de calcular a compensação ambiental.

(...)

Da leitura, principalmente das partes negritadas, conclui-se que redução do texto foi no sentido de se retirar a obrigatoriedade de o valor mínimo de compensação ambiental ser sempre correspondente a meio por cento do custo do empreendimento, **podendo ser fixada outra forma de compensação pelo órgão responsável após estudos pertinentes ao caso.** (Grifo nosso)

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

8



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

(Ag.Reg. na Reclamação 12.887/SC, Relator Ministro Dias Toffoli, Tribunal Pleno, Julgamento em 19/09/2013, DJe-239 publicado em 10/11/2016)

Desta forma, a área técnica realizou o cálculo do percentual a título de compensação ambiental, com fundamento na metodologia instituída pela Deliberação CECA/CN nº 4.888/2007, utilizando o percentual mínimo de 0,5% (fl. 458), contudo o percentual estabelecido foi de 1,04%, não havendo, neste caso, a necessidade de um novo cálculo para definição do percentual a ser aplicado a título de compensação ambiental, em razão de o resultado do cálculo realizado no PT CEAM 23/19 estar em conformidade com as limitações impostas pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 3.378/2008.

XVI. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se o seguinte:

- i) Vale observar que, de acordo com o Parecer Técnico de Licença Prévia – CEAM nº 23/19, o empreendimento foi enquadrado como sendo de alto impacto (classe 6-A), mantendo o enquadramento inicial do requerimento da licença. Ocorre que às fls. 337/338 o empreendimento foi enquadrado pela CEAM como sendo classe 5-A, deve ser esclarecido o enquadramento final do empreendimento e se foi correto o valor pago referente ao custo do EIA/RIMA;
- ii) Cabe destacar que a empresa solicitou em 13/12/2017 o gabarito para a publicação do aceite (fls. 133-143), contudo não há nos autos a comprovação do envio do gabarito à empresa e, por conseguinte não foi encontrada a publicação do aceite. Portanto, sugere-se que a concessão da Licença seja condicionada à apresentação do documento comprobatório da publicação do aceite;





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

- iii) Tendo em vista que a tipologia da restinga alvo de supressão SER vegetação secundária em estágio médio de regeneração e existirem espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção conforme descrito no PT 23/2019 (fls. 452 e 418), será necessário: (a) o Decreto de Utilidade Pública, emitido pelo Governador, para que o órgão ambiental possa autorizar a supressão requerida, condicionando-a a compensação ambiental de que trata o art. 17 da Lei da Mata Atlântica; (b) Parecer Técnico atestando a inexistência de alternativa técnica e locacional e (c) Análise técnica os impactos do corte ou supressão serão adequadamente mitigados e não agravarão o risco à sobrevivência *in situ* de espécies da fauna e flora ameaçados de extinção, para o caso de autorização de supressão de vegetação, nos termos da Lei de proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica (11.428/2006);
- iv) A vegetação secundária em estágio inicial de vegetação poderá ser suprimida com a devida autorização do Inea, conforme o artigo 25 da Lei 11.428/2006 com observância ao disposto no artigo 13 § 2º da Lei Complementar 140/2011.
- v) Imperioso observar o cumprimento das medidas mitigadoras relacionadas à proteção da fauna e flora, assim como dos planos e programas para garantir a sobrevivência das espécies ameaçadas, com programa de monitoramento específico para a espécie *ameivula litorallis* (lagarto-de-cauda-verde) na área de influência direta do empreendimento e na RPPN Caruara, bem como para a espécie *Melanopsidium nigrum*, assegurando a sua conservação. O empreendedor deve observar todas as medidas mitigadoras, planos e programas indicados pela área técnica no PT CEAM 23/19;
- vi) A área técnica deve analisar se o empreendimento em questão se enquadra nas possibilidades de intervenção por utilidade pública, bem como atestar a inexistência de alternativa técnica ou locacional à



[Assinatura]



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

Proc. E-07/002.5084/2016

Data: 02/05/2016 fls.

Rubrica

ID:

atividade proposta, conforme a ADI 4903 para que seja possível a intervenção em APP de cursos d'água e vegetação de restinga fixadora de dunas.

- vii) Para que seja efetivada a implantação e operação do empreendimento em análise, faz-se obrigatória a observância às condicionantes de validade, às medidas mitigadoras e aos programas indicados pelo Parecer Técnico de Licença Prévia nº 23/19, a fim de que sejam mitigados e compensados todos os impactos previstos no EIA/RIMA;
- viii) Não foi demonstrado o cumprimento das exigências legais atinentes à Audiência Pública, conforme disposição da Resolução CONEMA nº 35/2011, devendo ser apresentados os documentos necessários: Publicação do edital no DOERJ em 11/05/2018; Cópias dos ofícios de encaminhamento dos convites à diversas autoridades, inclusive ao MPE, MPF; Materiais de divulgação das audiências; Folhas de perguntas feitas pela população nas audiências; Lista de presenças; Relatórios de Vistorias do CECA; Atas das audiências.
- ix) Faz-se necessária a assinatura de toda a equipe técnica da CEAM no Parecer Técnico de Licença Prévia – CEAM nº 23/19 (fls. 468);
- x) Sugere-se que a concessão da Licença de Instalação (LI) seja condicionada a:
 - a) O mapeamento dos corpos hídricos, inclusive os artificiais, devendo ainda ser elaborado projeto executivo do empreendimento, detalhando e definindo o método construtivo para travessias de rios, áreas de planície de inundação, estradas, linha de transmissão e demais obras de infraestrutura; incluindo levantamento planialtimétrico de todo o traçado, sua classe de locação e o cronograma físico-financeiro de obras;

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

- b) A prévia demarcação e aprovação para as áreas rurais da Reserva Legal da propriedade, ou a sua compensação nos termos do art. 12 da Lei 12.651/12,;
- xi) Sugere-se que sejam cumpridas as recomendações do Parecer Técnico de Licença Prévia – PRES/CEAM n. 23/19 que concluiu no sentido da viabilidade do empreendimento, com o cumprimento de todas as medidas mitigadoras propostas, além do atendimento integral das condicionantes;
- xii) Por fim, cumpre ressaltar que “os pareceres emitidos pela Procuradoria do INEA não vincularão o órgão consultante, que poderá deles discordar, desde que declare expressamente os motivos determinantes da decisão contrária” (Art. 33 do Decreto Estadual 46.619/2019).

É o parecer que submeto à apreciação de V.Sa.

Michelli Pontual
Assessora Jurídica/ ID. Funcional: 51014068
GEDAM / Procuradoria do Inea



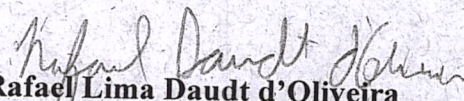
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

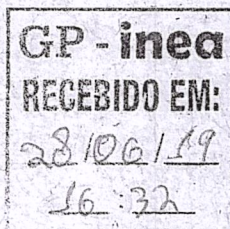
VISTO

APROVO o Parecer nº 15/2019-MP, que condicionou a autorização do órgão ambiental estadual para supressão de vegetação secundária em estágio inicial e médio de regeneração e, conseqüentemente, a emissão da Licença Prévia, requerida pela GAS NATURAL AÇU S/A à apresentação de declaração do Governador, através de Decreto de Utilidade Pública, reconhecendo a utilidade pública da intervenção que se pretende realizar como obra essencial de infraestrutura de interesse nacional.

Devolva-se à **PRESIDÊNCIA**, para adoção das medidas necessárias tendentes à continuidade do procedimento administrativo.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2019.


Rafael Lima Daudt d'Oliveira
Procurador do Estado
Procurador-Chefe do INEA
ID. Funcional: 42666058



SARRICO M LOPES

inea instituto estadual
do ambiente

SEAS

Secretaria de
Estado do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
VAMOS VIRAR O JOGO

